

OS REGRESSADOS DO BRASIL COMO FACTOR DE MUDANÇA SOCIAL NOS AÇORES NA 2^a METADE DO SÉC. XIX

por
José Guilherme Reis Leite*

Tenho acompanhado com grande interesse duas linhas de investigação que se desenvolveram nestes últimos tempos na historiografia açoriana e que tem tido expressão significativa entre investigadores do Departamento de História da Universidade dos Açores e na Revista Arquipélago. Ambas são complementares, mesmo que nem sempre esse aspecto tenha sido posto em realce. A primeira prende-se com a emigração açoriana para o Brasil¹, quer no seu aspecto de colonização dirigida pela coroa, o que embora verdade as torna em migrações controladas politicamente, quer já como emigração livre e pessoal como a entendemos hoje. A segunda tem-se dirigido ao fenómeno das grandes mudanças sociais que se deram nos Açores na segunda metade do séc. XIX, fruto das profundas alterações políticas, sociais, económicas e culturais introduzidas pelo liberalismo e que levaram ao nascimento de novas elites, principalmente urbanas, mas também rurais².

* Doutorado em História Moderna e Contemporânea pela Universidade dos Açores.

¹ É já vasta a bibliografia deste fenómeno. Luís MENDONÇA e José ÁVILA tentaram mesmo uma síntese histórica em *Emigração açoriana (sécs. XVIII a XX)*, Lisboa, Edição dos autores, 2002, 268 pp. onde há indicação da bibliografia. O vol. VII, 2^a série, 2003, da *Arquipélago.História*, inclui uma série de estudos sobre o fenómeno da emigração brasileira de que se destaca, para o caso em apreço, o de Rosana BARBOSA, “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil”, pp. 173-196.

² Tem sido pioneiro nestes temas Paulo Silveira e SOUSA. Pode-se consultar, por exemplo, “As elites e o quotidiano na construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo duran-

Ora, é precisamente inspirado nesses mesmos estudos que me atrevo a apresentar um ensaio que seguindo estas linhas, a emigração e a mudança social, aponta para um fenómeno descurodo pela investigação e que se prende com aqueles emigrantes temporários no Brasil que regressaram aos Açores e contribuíram para as mudanças sociais e para a criação de novas elites, ainda que tendo a tendência de reproduzirem por mimetismo os arquétipos da sociedade anterior.

Digo que optei pela forma de ensaio porque sendo esta uma primeira abordagem não é possível em consciência ir além do levantamento de fontes de problemáticas e de conclusões provisórias e até mais modestamente de linhas de força de interpretações possíveis, mas que terão de ser testadas com outras e com mais aprofundada investigação.

É verdade que a atenção dos historiadores já se voltou para o fenómeno da gente das ilhas que regressou depois de alguns anos de emigração, mas a imagem de emigração açoriana do século XIX em terras brasileiras é a de uma emigração definitiva, sem regresso e de progressivo desprendimento. Os fenómenos de ligação afectiva e de afirmação pessoal e social que têm sido realçados são todos episódicos e os de regresso prendem-se com casos de criação de fortunas invulgares que permitiram aos seus detentores uma distinção fora do comum, nomeadamente com títulos nobiliárquicos³ ou até casamentos nas velhas famílias aristocráticas.

Ora, na documentação que tenho consultado e na reflexão que sobre ela tenho feito, surge-me outro tipo de gente, mais modesta, que emigraram em situações difíceis, alguns até clandestinamente, mas que nunca perderam o contacto directo com a ilha de origem, onde voltavam regularmente e em quem se adivinham projectos de vida que levaram a cabo e que se transformaram em agentes notáveis de mudança social que merece análise e um esforço de interpretação.

As fontes preferenciais para um estudo deste género são os passaportes, com os respectivos processos de emigração legal e que só agora começam a ser explorados sistematicamente e principalmente a serem organizados em termos arquivísticos, com a costumada e exasperante lentidão; os jornais, com o seu noticiário sobre emigração e com notícias indi-

te a 2ª metade do século XIX”, in *Arquipélago.História*, 2ª série, vol. VIII, 2004, pp. 113-170, ou “Meios burgueses e negócios em territórios periféricos: o distrito de Angra do Heroísmo, 1860-1910”, in *Atlântida*, Instituto Açoriano de Cultura, vol. XLIX, 2004, pp. 9-43.

³ A título de exemplo, Valdemar Mota, *O Visconde de Porto Martins. Um benemérito açoriano no Brasil*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1978.

vidualizadas daqueles que partem e sobretudo daqueles que regressam e dos seus êxitos, pois coíbem-se de alardear os desaires. Convém, no caso dos jornais e de seu noticiário, ter sempre em consideração a linguagem afectada e hiperbólica, quase codificada, que merece atenção para se entender o que significava de facto a adjectivação usada e que para os leitores da época não suscitava dúvidas, mas que para nós requer um exercício interpretativo. O notariado, onde se fixaram os contratos de compra e venda de bens e outras aplicações de capital angariado no Brasil e investido nos Açores para suporte dos projectos de vida que se concretizavam. Os registos paroquiais e familiares antes e depois da emigração e onde a linguagem utilizada pelos párocos, guardiães zelosos das distinções sociais, se tornaram um auxiliar digno de nota.

É verdade que o desenvolvimento de estudos que se tem efectuado ultimamente, especialmente no campo da genealogia, da biografia e da análise social, quase sempre com outros fins diversos destes que me proponho, se tornam imprescindíveis. A genealogia, tão maltratada na generalidade pelo investigador, tem ultimamente tido avanços significativos em áreas que não costumavam interessar-lhe, em especial as genealogias populares, rurais e urbanas e na interpretação do complexo mundo da ruralidade agrária, com as suas marcadas diferenças sociais e cuidadosa selecção com fim de reprodução de modelos, que ao olhar menos atento passam despercebidos.

Este tipo de gente que regressava vinha, creio que assim se pode defender, com projectos claros de vida e que pretendiam concretizar através da aplicação de capitais, de compra de propriedades, de pequenos negócios, de casamentos pensados que lhes garantiam inserção social, de fixação de residência em meios rurais ou urbanos que lhes atribuíam determinadas distinções e também de capacidade para se insinuarem junto dos mecanismos instituídos que lhes forneciam o reconhecimento dos seus esforços, através das formas de tratamento e de pequenos pormenores de linguagem e de aceitação.

Tudo isto é um mundo fascinante que requer atenção redobrada, alguma sensibilidade e uma aturada investigação que não se compadece com pressas e com análises superficiais. Corre-se o risco, de que estou consciente, de se resvalar para um certo impressionismo, perigo fatal neste tipo de estudo, principalmente quando se pretende passar da análise de casos para as generalizações e para a avaliação da consciência que os próprios actores teriam do seu papel de agentes de mudança e da criação de novas classes sociais ou se o comum era antes pretenderem não alterações

profundas mas preferencialmente a reprodução de modelos que lhes garantissem a inserção nas sociedades tradicionais.

Confesso que não tenho por enquanto ideias e conclusões claras sobre tudo isto e por isso mesmo proponho uma forma ensaística de tratamento de alguns dados que me parecem significativos como trajectórias, mas que só poderão levar a conclusões quando se alargarem em número e em profundidade as análises interdisciplinares.

Vejam assim três trajectórias de emigrados brasileiros, em que dois regressaram aos Açores e estabeleceram projectos familiares, um do meio urbano, outro do meio rural e um, que tendo morrido solteiro no Brasil, foi agente inconsciente de mudança social através da sua herança.

1. O primeiro caso – Francisco Coelho Nogueira (1828-1904).

Nasceu⁴ em S. Pedro de Angra a 3-III-1828, como segundo de três filhos de um modesto casal de uma primeira geração urbana. Seu pai era natural da freguesia do Salão na ilha do Faial (1804) e casara nos Altares, na ilha Terceira, a 12-XII-1821, com Joana Inácia, natural dessa freguesia. No actual estado dos nossos conhecimentos é impossível saber porque razão se deslocou José da Rosa, conhecido por Rosinha, para a Terceira e muito menos porque foi casar aos Altares e fixou residência em S. Pedro de Angra. O que sabemos é que em 1855, ano da morte do pai, os irmãos Rosa Rosinha⁵, Tomás (n. 29-III-1825), Francisco e João (n. 6-III-1839) conseguiram passaporte para se ausentarem para o Império do Brasil, Estado do Rio de Janeiro. Passada uma década, Francisco regressava à Terceira⁶ com sinais de êxito na emigração, pois no processo do Governo Civil para adquirir passaporte de volta de Império do Brasil, já não se fala em Francisco Rosa Rosinha, mas sim no senhor Francisco Coelho Nogueira, português, como atesta o passaporte brasileiro que lhe autorizava uma viagem para os Açores por Lisboa, em companhia de seu criado. Demorou-se pouco na ilha, entre Março e Novembro desse ano.

⁴ As datas do nascimento, casamento e morte foram todas recolhidas nos respectivos registos paroquiais nos arquivos de Angra do Heroísmo e Horta, deste e de outros casos e por isso dispensam mais pormenorizada atenção.

⁵ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), Arquivo do Governo Civil, Passaportes, Passaporte n° 45 de 13-VII-1855, Tomás da Rosa Rosinha e seus irmãos Francisco e João.

⁶ Idem, passaporte n° 192 de 14-XI-1864, Francisco Coelho Nogueira.

Mudara de nome e compusera um bem mais sonante do que aquele com que partira. O apelido Coelho foi-o buscar à família da mãe, pois seu avô materno era Jacinto Coelho Dias, dos Altares, mas não sei de onde teria tirado o de Nogueira. Em 1871 temo-lo de volta à Terceira⁷, ele e o seu *mano* Tomás e pelo menos Francisco definitivamente.

Estabelecido na ilha natal aplicou os seus capitais, comprou casa em Angra, no Alto das Covas e procurou mulher na freguesia da mãe, onde casou a 21-I-1875 com D. Balbina Clarina Toste (n. 1851), filha de Francisco Vaz Toste e de Dona Maria Cândida, assim mesmo com este tratamento nos registos. Era um manifesto salto, pois a família da noiva fazia parte de uma elite rural⁸ bem implantada na freguesia e com a qual o Francisco Rosa Rosinha nunca poderia em condições normais aspirar aliar-se, mas o Senhor Francisco Coelho Nogueira, emigrante regressado e agora proprietário e empresário acabava de ser recebido de braços abertos. Os noivos fixaram-se na sua residência citadina e deram início a uma nova família urbana de uma classe média, sem luxos, mas com vida confortável e respeitada. Francisco Coelho Nogueira continuou os seus investimentos, pois em 1886, em sociedade com o irmão Tomás e com Salvador Homem de Novais, adquiriria uma propriedade no centro da cidade com uma vasto reduto de estufas, negócio de cujo êxito nada sabemos mas que durou pouco⁹.

O novel casal teve três filhas, Maria dos Santos, Deolinda e Angelina e quando as duas primeiras, porque a terceira morreu criança, chegaram à idade casadoira aliaram-se dentro de outras famílias da pequena burguesia citadina. Servindo-nos do casamento de D. Deolinda¹⁰ podemos seguir os sinais de distinção social que rodeava este tipo de gente. A *União*, jornal muito conceituado, anunciava a 14-XII-1895 assim: “Casa esta tarde o nosso amigo o senhor Guilherme dos Reys com a interessante filha do Senhor Francisco Coelho Nogueira”¹¹. Não era notícia espalhafatosa e cheia de lin-

⁷ Idem, passaporte n° 237 de 26-XI-1871, Tomás da Rosa e passaporte n° 238, de 26-X-1871, Francisco Coelho Nogueira.

⁸ Sobre esta família e outras da elite rural da Terceira consulte-se o estudo de Vitorino NEMÉSIO e Gonçalo NEMÉSIO, *Uma família do Ramo Grande, ilha Terceira*, Lisboa, Edição do autor, 1994, p. 359 e seg.

⁹ Jorge FORJAZ, “Casas Terceirenses (14). A Casa do Clube Musical Angrense” in *Diário Insular*, Angra do Heroísmo, ano XXVIII, n° 8.120, de 1-VI-1973. BPARAH, *Notariado*, tabelião José Juliano Gonçalves Costa, livro 51, fl. 82, escritura de 20-V-1886.

¹⁰ José Guilherme Reis LEITE, *Os Fisher. Esboço histórico de uma família açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1978, p. 179 e seg.

¹¹ A *União*, Angra do Heroísmo, 14-XII-1895.

guagem afectada como aquela que se reservava aos casamentos de alta sociedade, em que se enumeravam os convivas e a *corbeille* das prendas, mas sendo sóbria não deixava de chamar *nosso amigo* ao noivo e *interessante* à noiva. As tais subtilezas da linguagem cifrada do mundo social.

A família do noivo¹² era uma das mais conhecidas da pequena burguesia de funcionalismo público e ele próprio despachante (1893) da alfândega local, onde um irmão mais velho e seu padrinho atingira o topo da carreira na capital e onde recebeu o título do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima. O próprio registo do casamento na Sé é um documento curioso, mais pormenorizado e adjectivado de que o vulgar e onde se destaca que a união matrimonial se fizera pelo Reverendíssimo Vigário Geral, o Dr. José dos Reys Fisher, que era primo irmão do noivo, o que não ficava registado, mas explica o cuidado na redacção do beneficiado pároco e onde todas as senhoras presentes têm o nome antecedido de Dona.

Francisco Coelho Nogueira veio a morrer a na sua casa do Alto das Covas, em lugar digno na malha urbana e os jornais angrenses, entre eles *A Terceira*¹³, órgão do partido regenerador onde então militava o genero, noticiavam o facto pondo em destaque o correligionário, que fora vereador da Câmara de Angra, em 1903, mas também que o finado era um *abastado proprietário*.

Como ia longe a linguagem seca do ano de 1855, em que um pobre Francisco Rosa Rosinha embarcava com os irmãos para o Brasil.

2. O segundo caso, Vitorino de Sousa Lopes

De uma família de trabalhadores rurais de S. Bartolomeu, na ilha Terceira, nasceu no lugar dos Regatos em 28-V-1818. Emigrou para o Brasil, Rio de Janeiro, possivelmente como clandestino. Casou no Sacramento, antiga Sé, cerca de 1850 com uma outra emigrante, Emília Carlota de Lemos¹⁴, nascida na Piedade do Pico em 1822, também de gente bem modesta.

¹² José Guilherme Reis LEITE, *Ob. Cit.* Álvaro Bulhão PATO, *O Tempo*, Angra do Heroísmo, 28-I-1911.

¹³ *A Terceira*, órgão do Partido Regenerador, Necrologia de Francisco Coelho Nogueira, Angra do Heroísmo, 10-II-1904.

¹⁴ Certidão de Baptismo de Maria Emília da Conceição, 2-I-1854, do *Livro de baptismos da freguesia do Santíssimo Sacramento da antiga Sé*, Rio de Janeiro, ano de 1852 a 1856, fol. 129vº.

Não tenho informação de qual a actividade exercida no Rio de Janeiro por estes açorianos, mas conseguiram angariar alguns meios suficientes para investir na freguesia de S. Bartolomeu na Terceira, onde compraram uma propriedade de casa e quinta no Pesqueiro, junto da costa, em lugar privilegiado ao contrário dos Regatos.

Vitorino Lopes andava entre o Rio e Angra ou seja, por algum tempo pelo menos não se decidira por uma fixação quer nos Açores, quer no Brasil. Em 1864 nascia-lhe um filho em S. Bartolomeu e uma filha mais velha, Emília da Conceição, nascida no Sacramento do Rio (1854) veio a casar na Terceira, em S. Bartolomeu, a 2-IX-1872 com António José de Sousa e ambos, logo de seguida, ele já apelidado de proprietário, possivelmente por direito adquirido no casamento sobre o dote da mulher, embarcaram para o Rio de Janeiro, mas a filha de ambos Francisca Emília nasceu em S. Bartolomeu em 1878, onde toda a família desde 1876 se havia fixado.

Vitorino José Lopes¹⁵ era nessa última data um *lavrador* analfabeto que ainda ia ao Brasil. Isto é, ao regressar copiara um estatuto rural de elite, que certamente invejava quando era um simples trabalhador braçal, antes de emigrar. Não se identifica como proprietário, o que podia fazer, mas antes como *lavrador*, que na linguagem da distinção social dos meios rurais quer dizer pessoa que vivia das suas propriedades e não de trabalhar assalariado. O genro, note-se, é sempre dado como proprietário, assim como o filho António.

Evidentemente que desta gente não temos elementos em jornais, pois estes ocupavam-se de urbanos e muito raramente de rurais, mas na documentação paroquial é clara a distinção que o padre dava a estes paroquianos, designando as suas mulheres por Donas nos registos de baptismo dos filhos e nos casamentos e frisando que todos eles eram proprietários.

Em 1897, a filha do casal António José de Sousa e Emília da Conceição, Francisca Emília, casou com António José Leite, natural do Porto (1872) e que viera para Angra como empregado de comércio da Casa de Bento José de Matos Abeu, ele por sua vez também portuense e com um percurso semelhante ao seu empregado. Com este casamento da neta de Vitorino Lopes iniciava-se uma etapa de urbanização de um membro da família que aplicou a parte que lhe cabia na herança dos bens conseguidos no Brasil pelo avô e pelo pai no comércio de fazendas em Angra,

¹⁵ BPARAH, *Arquivo do Governo Civil, Passaportes*, passaporte nº 88, de 18_II-1876, Vitorino de Sousa Lopes.

onde o casal passou a viver, o que lhe permitia uma inclusão na classe da média braguesia citadina e um percurso de vida também curioso.

3. Terceiro caso, Vitorino da Costa Reis

Natural do Topo¹⁶, na ilha de S. Jorge, nasceu a 26-X-1819 e emigrou para o Brasil em data incerta e provavelmente como clandestino. Morreu no Rio de Janeiro, solteiro, em 1878, deixando uma fortuna considerável¹⁷ avaliada em 100 contos, de que foi herdeiro seu pai, Manuel dos Reis Fisher (1794-1881) residente no Topo. A morte deste provocou um inventário orfanológico por haver menores herdeiros, seus netos órfãos¹⁸.

Mas para o nosso caso o que interessa é que Manuel dos Reis Fisher ao herdar a fortuna do filho alugou por tempo de seis anos e 400.000 reis os bens do Rio de Janeiro a seu sobrinho, José dos Reis Fisher (Topo 1825) que se achava estabelecido como comerciante na cidade de Angra e que já tivera, em 1854, uma experiência brasileira¹⁹. Esta decisão tornou o pequeno comerciante num homem rico e permitiu que este, que havia casado em S. Pedro²⁰ com uma prima, Maria da Glória, em 1860, desse aos filhos uma educação esmerada com formaturas na Universidade de Coimbra. Seus filhos graças à herança brasileira tornaram-se um, José (1856-1929), licenciado em cânones, na mais destacada figura da diocese de Angra dos fins do séc. XIX e inícios do XX, deão da Sé e Governador do bispado; Jacinto (1867-1947), bacharel em Matemática, como oficial de artilharia com uma carreira brilhante terminada no posto de general e outro ainda, Francisco (1863-1895), bacharel em direito, morto prematuramente.

Estes três casos de trajectórias de emigrantes parecem-me exemplares para o tema que me propus analisar ainda que fique por levantar muitos aspectos das biografias que com consultas documentais mais diversificadas e aprofundadas poderão dar outras indicações, principalmen-

¹⁶ José Guilherme Reis LEITE, *Ob. Cit.*

¹⁷ José Cândido da Silveira AVELAR, *A ilha de S. Jorge. Apontamentos para a sua história*, Horta, Minerva, 1902, p. 97.

¹⁸ BPARAH, *Inventários Orfanológicos de S. Jorge*, maço 552, Manuel dos Reis Fisher, 13-VIII-1882.

¹⁹ BPARAH, *Governo Civil*, Passaportes, passaporte n° 91 de 14-II-1854, José dos Reis Fisher.

²⁰ José Guilherme Reis LEITE, *Ob. Cit.*, p. 128 e seg.

te ao nível dos investimentos dos capitais angariados. Contudo, não estão disponíveis os fundos documentais do cadastro das propriedades e da fiscalidade da ilha Terceira que abrirão novas portas.

Por outro lado, resta saber qual seria a consciência que tinham estas personagens das iniciativas que tomavam e qual a verdadeira programação que fizeram para as suas vidas. Parece, contudo, que Francisco Coelho Nogueira escolhia percurso diferente de Vitorino José Lopes e que José dos Reis Fisher soube aproveitar uma oportunidade única ao negociar com o tio do Topo, que um acaso tornara num homem rico. A todos estes percursos une o mesmo fio condutor que alterou as vidas de várias gerações, ou seja, a emigração e as suas consequências. Sem a aventura brasileira as mudanças sociais destes três casos teriam sido impossíveis, ou pelo menos muito improváveis.

